



ESTADO DE PERNAMBUCO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

*Gabinete Des. Antenor Cardoso Soares Junior*

Nº 00009

1

34

**3ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

**AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0020295-93.2012.8.17.0000 (0288037-7)**

Agravante: Edinaldo Luiz da Silva

Advogado: Ronaldo França PE029022D

Agravado: FUNAPE - Fundação de Aposentadorias e Pensões dos Servidores do Estado de Pernambuco

Procurador: Felipe Lemos de Oliveira Maciel

Relator: Des. Antenor Cardoso Soares Júnior

**EMENTA: AGRAVO NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. GRATIFICAÇÃO DE RISCO DE POLICIAMENTO OSTENSIVO. EXTENSÍVEL AOS POLICIAIS MILITARES APOSENTADOS. POSSIBILIDADE DE IMPLANTAÇÃO ATRAVÉS DE MEDIDA LIMINAR, POSTO QUE SE TRATA DE MATÉRIA PREVIDENCIÁRIA. ENTENDIMENTO CONSOLIDADO NO TRIBUNAL. RECURSO PROVIDO À UNANIMIDADE. PREJUDICADO O RECURSO DE AGRAVO.**

1. Os art. 1º Lei nº 9.494/97 c/c art. 1º da Lei nº 8.437/92 limitam as hipóteses de concessão de antecipação de tutela contra a Fazenda Pública, dispositivos que foram julgados constitucionais pelo STF no bojo da ADC nº 4. Ocorre que o Pretório Excelso editou a Súmula 729 segundo a qual a decisão proferida naquela ação declaratória de constitucionalidade nº 4 não é aplicável às causas de natureza previdenciária, extraíndo-se a ideia de que, ao menos em tese, não há óbice legal à concessão da antecipação de tutela em causas de natureza previdenciária, sendo exatamente essa a hipótese dos autos, pois referente ao pagamento de proventos a inativos.

2. A jurisprudência deste eg. TJPE, que já analisou diversos casos semelhantes ao ora tratado, tendo firmado entendimento no sentido de que a Gratificação de Risco Policiamento Ostensivo é extensível aos policiais militares aposentados. Entendeu, ainda, que é possível a implantação desta referida gratificação através de uma medida liminar, pois, nestes casos, encontram presentes os requisitos autorizadores previstos no art. 273 do CPC.

3. Não há perigo de irreversibilidade da antecipação da tutela, pois recente julgado da 1ª Seção do STJ afirmou ser possível o beneficiário restituir os valores percebidos em antecipação de tutela, quando posterior sentença baseada em cognição exauriente entender ser a verba indevida, mesmo tratando-se de parcelas de caráter alimentar (REsp 1.384.418/SC, Rel. Min. Herman Benjamin, Sessão de 12/06/2013).

4. Do mesmo modo, também não deve prevalecer a tese de que a extensão da referida gratificação ao inativo dependeria, necessariamente, de declaração de inconstitucionalidade de alguns dispositivos da Lei Complementar Estadual nº 59/2004, sob pena de ofensa à cláusula de reserva de plenário (art. 97 da CF) e à Súmula Vinculante nº 10 do STF. Pois, em sessão realizada em 28 de agosto de 2012, a 1ª Turma do Supremo Tribunal Federal proferiu julgamento unânime no sentido de que o caráter geral da Gratificação de Risco de Policiamento Ostensivo, interpretação conferida por este eg. TJPE à parcela prevista na Lei Complementar Estadual nº 59/2004, não implica violação à cláusula de reserva de plenário, tampouco à Súmula Vinculante nº 10.



ESTADO DE PERNAMBUCO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

*Gabinete Des. Antenor Cardoso Soares Junior*

---

5. À unanimidade de votos, foi dado provimento ao agravo de instrumento, PREJUDICADO O RECURSO DE AGRAVO.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos do **AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº. 0288037-7**, em que figura como agravante **EDINALDO LUIZ DA SILVA** e como agravada **FUNDAÇÃO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES DO ESTADO DE PERNAMBUCO – FUNAPE**.

ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da 3ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, unanimemente, em **DAR PROVIMENTO** ao agravo de instrumento interposto, PREJUDICADO O RECURSO DE AGRAVO na conformidade do voto do Relator, que devidamente revisto e rubricado, passa a integrar este julgado.

Recife,

Des. Antenor Cardoso Soares Júnior  
Relator



35

**ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**Gabinete Des. Antenor Cardoso Soares Junior**

**3ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

**RECURSO DE AGRAVO N. 0022132-86.2012.8.17.0000 (0288037-7/01)**

RECORRENTE: Fundação de Aposentadorias e Pensões do Estado de Pernambuco - FUNAPE

PROCURADOR: Felipe Lemos de Oliveira Maciel

RECORRIDO: Edinaldo Luiz da Silva

ADVOGADO: Ronaldo França PE027022D

RELATOR: Des. Antenor Cardoso Soares Junior

**VOTO – RECURSO DE AGRAVO NO AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 0288037-7/01 – PERDA DO OBJETO**

Irresignado com a decisão interlocutória proferida por esta relatoria que deferiu o pedido de atribuição de efeito ativo formulado para implantação da Gratificação de Risco de Policiamento Ostensivo nos contracheques dos ora agravado, houve a interposição de Agravo Regimental no agravo de instrumento n. 0288037-7/01, no qual postula a reforma de tal decisum.

Ocorre que, em virtude da manutenção do entendimento desta relatoria no agravo de instrumento, esvaziou-se o objeto da interposição do mencionado Agravo Regimental, nada mais havendo a ser neste juízo apreciado, pois o fato que o ora agravante visa obstar tornou-se consumado. Houve, portanto, desaparecimento superveniente do interesse processual recursal.

Desta feita, voto pela negativa de provimento ao Agravo Regimental no agravo de instrumento n. 0288037-7/01, visto que este se encontra prejudicado, isto é, superado por fato que lhe provocou a perda de objeto.

Recife, 08/05/2014

  
Des. Antenor Cardoso Soares Junior  
Relator



ESTADO DE PERNAMBUCO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
*Gabinete Des. Antenor Cardoso Soares Junior*

1

36

**3ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

**AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0020295-93.2012.8.17.0000 (0288037-7)**

Agravante: Edinaldo Luiz da Silva

Advogado: Ronaldo França PE029022D

Agravado: FUNAPE - Fundação de Aposentadorias e Pensões dos Servidores do Estado de Pernambuco

Procurador: Felipe Lemos de Oliveira Maciel

Relator: Des. Antenor Cardoso Soares Júnior

**VOTO**

No caso dos autos, alega a agravante a possibilidade de concessão de tutela antecipada contra a Fazenda Pública. O Pretório Excelso editou a Súmula 729 segundo a qual a decisão proferida na ação declaratória de constitucionalidade nº 4 não é aplicável a causas de natureza previdenciária, extraíndo-se a idéia de que, ao menos em tese, não há óbice legal à concessão de tutela antecipada em causas de natureza previdenciária, sendo exatamente essa a hipótese dos autos, pois referente ao pagamento de proventos a inativos.

Ademais, mesmo após a edição da Lei nº 12.016/09, que em seu art. 7º, § 2º, veda a concessão de tutela antecipada para conceder extensão de vantagens de qualquer natureza a servidores públicos, o que implicaria na superação do entendimento do Supremo Tribunal Federal, o fato é que aquela Corte Suprema continua a aplicar o entendimento proposto na Súmula 729, razão pela qual não vislumbro óbices legais à concessão de tutela antecipada.

Nesse sentido, veja-se, na parte que interessa, o seguinte precedente do STF, julgado em 06 de fevereiro de 2013, que continua a aplicar o entendimento previsto na Súmula 729:

"Processual Civil e Previdenciário. Agravo regimental. Reclamação. ADC nº 4/DF. Policial militar reformado. Auxílio-invalidez. Antecipação de tutela. Natureza previdenciária. Súmula nº 729/STF. Recurso não provido. (...). **3. A decisão proferida na ADC nº 4/DF-MC não alcança a tutela antecipada deferida em causas de natureza previdenciária (Súmula STF nº 729).** 4. Negado provimento ao agravo regimental. (Rcl-Agr 4559, DIAS TOFFOLI, STF)" (destaquei)

Não havendo óbices à concessão de tutela antecipada no caso em apreço, passo a analisar a questão de fundo.

Com efeito, a jurisprudência deste eg. TJPE, que já analisou diversos casos semelhantes ao ora tratado, **tendo firmado entendimento no sentido de que a Gratificação de Risco Policiamento Ostensivo é extensível aos policiais militares aposentados. Entendeu, ainda, que é possível a implantação desta referida gratificação através de uma medida liminar**, pois, nestes casos, encontram presentes os requisitos autorizadores previstos no art. 273 do CPC.

Neste sentido, resumo-me a citar, na parte que interessa, os seguintes precedentes das Câmaras de Direito Público deste eg. TJPE:

CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. **GRATIFICAÇÃO DE POLICIAMENTO DE RISCO OSTENSIVO. CARÁTER GERAL, EXTENSÍVEL A PENSIONISTAS E INATIVOS. VIOLAÇÃO DO PRINCÍPIO DA RESERVA DE PLENÁRIO. DESCABIMENTO. MANUTENÇÃO DA DECISÃO IMPUGNADA. PRECEDENTES. RECURSO DE AGRAVO IMPROVIDO. DECISÃO UNÂNIME.**

1. A Gratificação de Risco de Policiamento Ostensivo, criada pela Lei Estadual nº 59/04, é uma vantagem de caráter geral, extensível a todos os policiais militares que desenvolvam as atividades previstas no art. 2º da referida lei, pois "abrange as ações de segurança pública preventivas e repressivas, com vistas à preservação da ordem pública interna, compreendendo o policiamento de radiopatrulha, o policiamento de guarda dos estabelecimentos prisionais, das sedes dos Poderes Estaduais e dos estabelecimentos públicos, o policiamento de trânsito urbano e rodoviário, o policiamento de choque e demais modalidades previstas no artigo 24 da Lei nº 11.328, de 11 de janeiro de 1996", compreendendo, portanto, todos os tipos de atividade policial.



ESTADO DE PERNAMBUCO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
*Gabinete Des. Antenor Cardoso Soares Junior*

---

(...)

4. Recurso de Agravo desprovido.

5. Decisão Unânime. (TJ-PE - AGV: 2413567 PE 0022764-15.2012.8.17.0000, Relator: Erik de Sousa Dantas Simões, Data de Julgamento: 11/12/2012, 1ª Câmara de Direito Público, Data de Publicação: 04, undefined)

CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. RECURSO DE AGRAVO. OCORRÊNCIA DA PRESCRIÇÃO DO FUNDO DE DIREITO NÃO CONFIGURADA. CONCESSÃO DE LIMAR CONTRA FAZENDA PÚBLICA. POSSIBILIDADE. **PENSIONAMENTO. INCORPORAÇÃO DA GRATIFICAÇÃO DE RISCO DE POLICIAMENTO OSTENSIVO. CARÁTER GERAL. CABIMENTO. VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA RESERVA DE PLÊNARIO NÃO CONFIGURADO. INTEGRATIVO IMPROVIDO. DECISÃO UNÂNIME.**

(...)

3. A gratificação de risco de policiamento ostensivo, consoante jurisprudência dominante neste Tribunal de Justiça de Pernambuco, possui natureza geral e há de ser paga também aos pensionistas e inativos.

4. Por outro lado, tal gratificação não se trata de aumento de remuneração de pensionistas de servidores públicos, nos termos do art. 37, X, da CF/88, mas sim de atender a regra constitucional da paridade remuneratória entre ativos, inativos e pensionistas, à luz do princípio *tempus regit actum*, regra esta considerada auto-aplicável pela jurisprudência pacífica do STF.

(...)

6. Recurso de agravo unanimemente improvido, não restando vulnerados os arts. 37, X, 40, §§ 7º e 8º e 97, todos da CF; art. 1º do Decreto Federal nº 20.910/32 e Lei nº 9.494/97. (TJ-PE - AGR: 211126020128170000 PE 0022348-47.2012.8.17.0000, Relator: Ricardo de Oliveira Paes Barreto, Data de Julgamento: 22/11/2012, 2ª Câmara de Direito Público)

ADMINISTRATIVO E CONSTITUCIONAL. **INCORPORAÇÃO DA GRATIFICAÇÃO DE POLICIAMENTO EXTENSIVO AOS PROVENTOS DOS INATIVOS E PENSIONISTAS. GRATIFICAÇÃO DE. CARÁTER GERAL ART. 40, § 7º E 8º, DA CF/88. RECURSO IMPROVIDO. DECISÃO UNÂNIME.**

1. A gratificação de risco de Policiamento Ostensivo, criada pela Lei Complr Estadual nº 59/2004, por se tratar de gratificação de caráter geral, haja vista que consubstancia vantagem inerente a todo o efetivo da Polícia Militar em decorrência da atividade fim da corporação, conforme disposto nos parágrafos 7º e 8º do art. 40 CF/88, há de ser paga também aos militares reformados ou transferidos para a reserva remunerada, bem como a seus pensionistas.

2. À unanimidade, negou-se provimento ao presente recurso. (TJ-PE - AGV: 2852142 PE 0019800-49.2012.8.17.0000, Relator: Luiz Carlos Figueiredo, Data de Julgamento: 01/11/2012, 3ª Câmara de Direito Público)

Além disso, a suposta irreversibilidade da tutela antecipada não merece prosperar, pois recente julgado da 1ª Seção do STJ afirmou ser dever do beneficiário restituir os valores percebidos em tutela antecipada quando posterior sentença baseada em cognição exauriente entender ser a verba indevida, mesmo tratando-se de parcelas de caráter alimentar (REsp 1.384.418/SC, Rel. Min. Herman Benjamin, Sessão de 12/06/2013).

Do mesmo modo, também não deve prevalecer a tese do agravado de que a extensão da referida gratificação ao inativo dependeria, necessariamente, de declaração de inconstitucionalidade de alguns dispositivos da Lei Complementar Estadual nº 59/2004, sob pena de ofensa à cláusula de reserva de plenário (art. 97 da CF) e à Súmula Vinculante nº 10 do STF.

É bem verdade que existe decisão monocrática proferida pela Min. Cármen Lúcia no bojo do ARE 678.627/PE, proferida em 07 de maio de 2012, que reconheceu ofensa ao art. 97 da CF e à Súmula Vinculante nº 11 em julgado da 8ª Câmara Cível desta Corte de Justiça que reconheceu o caráter geral da Gratificação de Risco de Policiamento Ostensivo sem declarar expressamente a inconstitucionalidade de dispositivos da Lei Complementar Estadual nº 59/2004.

Todavia, em sessão realizada em 28 de agosto de 2012, posterior àquela decisão monocrática, a 1ª Turma do Supremo Tribunal Federal, composta, inclusive, pela Min. Cármen Lúcia, proferiu julgamento unânime no sentido de que o caráter geral da Gratificação de Risco de Policiamento Ostensivo, interpretação conferida por este eg. TJPE à parcela prevista na Lei Complementar Estadual nº 59/2004, não implica violação à cláusula de reserva de plenário, tampouco à Súmula Vinculante nº 10, como se vê dos seguintes trechos do acórdão:



ESTADO DE PERNAMBUCO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete Des. Antenor Cardoso Soares Junior

"AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. GRATIFICAÇÃO DE RISCO DE POLICIAMENTO OSTENSIVO. CARÁTER GERAL. EXTENSÃO AOS SERVIDORES INATIVOS E PENSIONISTAS. ANÁLISE DA NATUREZA JURÍDICA DA VERBA. IMPOSSIBILIDADE. LEGISLAÇÃO INFRACONSTITUCIONAL LOCAL. SÚMULA 280 DO STF. AUMENTO DE REMUNERAÇÃO. LEI ESPECÍFICA. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS 282 E 356 DO STF. OFENSA A CLÁUSULA DE RESERVA DE PLENÁRIO. INOCORRÊNCIA. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. A repercussão geral pressupõe recurso admissível sob o crivo dos demais requisitos constitucionais e processuais de admissibilidade (art. 323 do RISTF). Consecutariamente, se o recurso é inadmissível por outro motivo, não há como se pretender seja reconhecida a repercussão geral das questões constitucionais discutidas no caso (art. 102, III, § 3º, da Constituição Federal).

2. O prequestionamento da questão constitucional é requisito indispensável à admissão do recurso extraordinário, sendo certo que eventual omissão no acórdão recorrido reclama embargos de declaração.

(...)

4. Os benefícios ou vantagens de caráter geral, concedidos aos servidores da ativa, são extensíveis aos inativos e pensionistas, nos termos do artigo 40, § 8º, da CF (redação decorrente da EC n. 20/98).

5. A ofensa a direito local não viabiliza o apelo extremo (Súmula 280 do STF).

6. O princípio da reserva de plenário resta índene nas hipóteses em que não há declaração de inconstitucionalidade por órgão fracionário do Tribunal de origem, mas apenas a interpretação e a conclusão de que a lei invocada não é aplicável ao caso em apreço. Precedentes: ARE 676.661-AgR, Rel. Min. Cármen Lúcia, Primeira Turma, DJe de 15/05/2012; e RE 612.800-AgR, Rel. Min. Ayres Britto, Segunda Turma, DJe de 05/12/2011.

7. In casu, o acórdão originariamente recorrido assentou: "PROCESSUAL CIVIL. RECURSO DE AGRAVO EM FACE DE DECISÃO TERMINATIVA PROFERIDA EM SEDE DE APELAÇÃO. ART. 557, §1-A CPC. ALEGAÇÃO DE DESRESPEITO À CLÁUSULA DE RESERVA DE PLENÁRIO INACOLHIDA. DECISÃO MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. DECISÃO UNÂNIME. 1. Já é entendimento pacífico no STF que os inativos e pensionistas têm direito à paridade de vencimentos com os servidores da ativa, considerando auto-aplicável tal preceito constitucional. Desnecessário, assim, discutir-se acerca da constitucionalidade do artigo 14 da Lei Complementar 59/04, inexistindo ofensa à cláusula de reserva de plenário. 2. A Gratificação de Risco de Policiamento Ostensivo, criada pela Lei Estadual nº 59/04, é uma vantagem com caráter de generalidade, extensível a todos os policiais militares que desenvolvam as atividades previstas no art. 2º da referida lei, e que, cumulativamente, estejam lotados na Unidades Operacionais da Corporação (Batalhões e Companhias Independentes) e nos órgãos de Direção Executiva (Comandos de Policiamento), mediante ato de designação específico, cumprindo escala permanente de policiamento ostensivo. Observa-se que as atividades previstas no art. 2º da lei em comento, abrangem as ações de segurança pública preventivas e repressivas, com vista à preservação da ordem pública interna, compreendendo o policiamento de rádio patrulha, o policiamento de guarda dos estabelecimentos prisionais, das sedes dos Poderes Estaduais e dos estabelecimentos públicos, o policiamento de trânsito urbano e rodoviário, o policiamento de choque e demais modalidades previstas no artigo 24 da Lei 1.328/96, compreendendo, a meu ver, todos os tipos de atividade policial, configurando o seu caráter de generalidade. Por isso, impõe a extensão aos inativos e aos policiais militares da ativa pela LC 59/04. 3. Recurso de agravo a que se nega provimento. 4. Decisão unânime."

8. Agravo regimental a que se nega provimento. (ARE-AgR 686995, LUIZ FUX, STF.)"

Assim, não se pode afirmar que a tese aqui propugnada implicaria violação à cláusula de reserva de plenário, tampouco à Súmula Vinculante nº 10, razão pela qual a jurisprudência pacífica deste eg. TJPE deve ser aplicada ao caso em análise.

Ante todo exposto, sou pelo PROVIMENTO do presente agravo de instrumento.

Recife, 08/03/2014

Des. Antenor Cardoso Soares Júnior  
Relator